

COOPERAÇÃO CORPORIFICADA: UM ESTUDO DA LINGUAGEM EM USO

Leandro Horn¹

Maurício Fernandes Neves Benfatti²

RESUMO

Cooperação é um termo frequente em inúmeras discussões relacionadas ao universo organizacional. Mesmo quando não é explicitamente evidenciado, é possível presumi-lo como intrínseco a conceitos evocados por atuais modelos de gestão. Contudo, ao notar tais usos do tema, observa-se um tratamento pouco preocupado com as características sociocognitivas envolvidas no comportamento cooperativo. Em contrapartida, a linguística contemporânea, em interface com a psicologia cognitiva e com a filosofia da linguagem, oferece uma visão bem consolidada sobre o tema em questão: a cooperação. Coube à pragmática, disciplina linguística voltada ao estudo da linguagem em uso, o papel de ponderar tanto sobre os mecanismos psicológicos-cognitivos quanto sobre os dispositivos sociais envolvidos na efetivação da significação linguística em atos concretos de comunicação. Este trabalho estuda como o conceito de cooperação é apresentado, relacionando-o com áreas de conhecimento como as de gestão de pessoas, ciências cognitivas, linguística teórica e filosofia da linguagem.

Palavras-chave: Cooperação. Comunicação organizacional. Ciências cognitivas.

¹ Aluno do 2º ano de Letras Português – Inglês da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2013-2014). *E-mail*: chilindrow@yahoo.com.br.

² Mestre em Estudos Linguísticos (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: mauricio.benfatti@fae.edu.

INTRODUÇÃO

Cooperação é um termo frequente em inúmeras discussões relacionadas ao universo organizacional. Mesmo quando não é explicitamente evidenciado, é possível presumi-lo como intrínseco a conceitos evocados por atuais modelos de gestão. Desta forma, muito se fala, por exemplo, em sinergia de forças, redes de cooperação etc. É, por um lado, entendida constantemente como uma prerrogativa que incentiva o trabalho conjunto e solidário, tanto no âmbito interno quanto externo às organizações, objetivando resultados positivos e retorno a todos os envolvidos. Tal como Abbade e Mattana (2009, p. 2) apontam:

Tendo em vista as posições de cooperação interorganizacional, as alianças estratégicas são de grande relevância para o estudo da cooperação. Esta postura de cooperação entre organizações tem despertado grande interesse tanto no meio acadêmico como no meio empresarial. Isso se verifica na grande popularização do assunto e na compreensão de que a cooperação entre atores organizacionais é uma postura estratégica muitas vezes necessária para a obtenção de vantagem competitiva no mundo real altamente globalizado e competitivo.

Contudo, por outro, ao notar tais usos do tema observa-se um tratamento, por parte de autores que abordam o assunto, pouco preocupado com as características sociocognitivas envolvidas no comportamento cooperativo. Em alguns casos são ideias equivocadas, uso do conceito como se estivesse subtendido, ou mesmo falta de objetividade e clareza ao argumentar sobre cooperação e as esferas com que essa se relaciona. Este trabalho estudará como o conceito de cooperação é apresentado, relacionando-o com áreas de conhecimento como as de gestão de pessoas, ciências cognitivas, linguística teórica e filosofia da linguagem.

Para tal, objetiva-se questionar o pensamento corrente do que vem a ser cooperação sob uma ótica cognitiva, procurando determinar novos critérios de análise sobre os conceitos estudados, com o intuito de assumir outro ponto de vista ante o que vem a ser cooperação. Tais objetivos de estudo procuram analisar a cooperação de forma mais presente em meio às interações diárias que ocorrem a cada momento, ao invés do uso em que é frequentemente empregado como uma ideia global e utópica.

Tendo isso em vista, o trabalho usa uma metodologia teórica por meio de revisão bibliográfica, comparando os conceitos usados em trabalhos acadêmicos junto a estudos em que o tema se relaciona e analisando qualitativamente todo o material pesquisado.

Espera-se com esse estudo enxergar um novo prisma sobre o conceito de cooperação de forma integrada às várias áreas, de modo a elucidar de maneira objetiva sua inserção e influência, motivando novas pesquisas sobre o tema a fim de agregar mais conhecimento.

O objetivo geral deste trabalho é questionar o conceito de cooperação quanto aos seus aspectos sociocognitivos.

Os objetivos específicos do trabalho são elencados na seguinte ordem: Estabelecimento de novos critérios analíticos do conceito cooperação; Assumir novos pontos de vista ante o que vem a ser cooperação; Comparar os usos do conceito ante aos textos pesquisados junto a estudos próximos do tema.

Trata-se de uma pesquisa comparativa do conceito cooperação em textos acadêmicos, por meio de revisão bibliográfica teórica, com foco em análise qualitativa dos materiais estudados.

1 QUESTIONANDO O CONCEITO DE COOPERAÇÃO

Um dos pontos que este trabalho questiona é a definição do que vem a ser cooperação. Em muitos artigos que trazem à tona questões cooperativas ante as áreas de gestão de pessoas, é normal de se esperar um entendimento do conceito “cooperação” a fim de compreender como que tal influência é exercida. Portanto, antes de argumentar quanto a modelos cooperativos de negócios, deve-se estar de antemão entendido sobre o que vem a ser cooperação. Porém, é realmente definido tal conceito ou ele é utilizado como um “senso comum”? O que vem a ser cooperação a um gestor, a um executivo, ou mesmo a um funcionário? Questiona-se isso porque ao entrar em contato com trabalhos que abordam tais temas, pouco se vê uma real preocupação em tentar definir cooperação, tratando tal termo como algo já subtendido pelo leitor e não dando qualquer margem de esclarecimento se o próprio autor compreende plenamente o que este tema vem a significar. De modo algum se questiona isso com intuito de desmerecer as pesquisas já escritas quanto a tais temas ou desqualificar os pesquisadores, mas será que se pode estar seguro que os conceitos usados são conhecidos de forma concisa?

Para exemplificar seria interessante ver o que se define de cooperação em alguns trabalhos:

O conceito de cooperação só tem utilidade se não for pensado abstratamente, isto é, pouca valia tem um suposto processo social de cooperação, considerado isoladamente, desencarnado, desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Ocorre que é muito comum esse tipo de reflexão abstrata preceder em certos textos didáticos, ou mesmo acadêmicos, à guisa de introdução ao tema «cooperativismo». Num certo sentido é como se fosse dito: antes de falarmos de cooperativismo como prática, vamos falar um pouco de teoria da cooperação. Aí entra o conceito, como uma espécie de qualidade humana universal e que apenas necessitaria ser operacionalizada nas instituições chamadas cooperativas. É como se à raiz comum das palavras cooperação/cooperativismo correspondesse na realidade uma espécie de vocação

natural do ser humano, as cooperativas sendo apenas a expressão natural e decorrente daquela vocação humana e universal. Esse é o pensamento abstrato, que tem como consequência a inexistência de pontes entre o pensar e o agir. (RIOS, 2006, s/p).

Nota-se que Rios (2006) aponta para a mesma problemática que este trabalho se volta ao questionar a ausência de uma “teoria da cooperação” em textos que advogam por uma natureza cooperativa, uma espécie de vocação da espécie que se concretiza sem a interferência das condições concretas (ou seja, sociais), como se pensamento e ação fossem dissociados. Convém, porém, a este trabalho notar que, de fato, abordagens oriundas da pragmática linguística há muito se esforçam por compreender tanto os mecanismos cognitivos quanto os sociais, que proporcionam a nossa espécie o tipo de comunicação ostensivo-inferencial que lhe é peculiar. Neste sentido, a cooperação comunicativa é entendida como emergente de um mecanismo de espelhamento cognitivo no qual um EU sempre e só se reconhece enquanto membro de um grupo perante a consciência da alteridade, ou seja, mediante o reconhecimento de um TU.

Em outro texto encontramos cooperação definida como sendo “a cooperação e o altruísmo biológico, genericamente definido como o sacrifício de um animal em favor de outros [...]” (LENCASTRE, 2010, p. 114). Nesta citação há de forma sucinta, há uma definição de cooperação e de altruísmo colocando-os no mesmo patamar como uma atitude de sacrifício em prol de outro, porém é realmente cooperação algo ao ponto de um indivíduo se sacrificar? O altruísmo biológico envolve um cálculo básico: utilizar as próprias energias em prol de outros indivíduos é um comportamento que parece estar intimamente relacionado ao grau de parentesco entre estes indivíduos. No entanto, todo e qualquer ato comunicativo demanda esforços tanto de quem comunica como de quem interpreta o ato, e, não obstante, seres humanos se comunicam para além de suas fronteiras genéticas. Não por acaso, metáforas das organizações como família parecem querer fazer/construir um ambiente representativo no qual os indivíduos que compõem as organizações compreendam ser válida a cooperação altruística.

Já o artigo de De Souza (1997) sobre o desenvolvimento de empresas brasileiras fala da compreensão do conceito em um âmbito para além da mera interação entre interlocutores, visto que expande a ideia de cooperação para além das fronteiras das organizações:

A intensificação das interdependências de empresas é uma das manifestações desse movimento. Se, tradicionalmente, as interdependências refletiam apenas as complementaridades produtivas, hoje vão muito além, abrangendo os riscos do investimento, a troca intensa de informações, o desenvolvimento de produtos e processos e as inovações nas formas de comercialização e distribuição. O significado das decisões de compartilhar e cooperar só tem um sentido pleno se entendido nesse contexto. A esse respeito, surge a indagação quanto ao porquê de o aumento da incerteza gerar a cooperação e a formação de redes. Até porque a incerteza, por si só, não explica a cooperação (DE SOUZA, 1997, p. 208).

Este trecho aponta para o fato de que aquilo que se concebe como cooperação entre empresas já era, à época do texto, uma relação muito mais intrincada do que uma simples complementaridade nas escalas produtivas. Dentro deste âmbito, não apenas as predisposições cognitivas das pessoas envolvidas internamente na organização devem ser cooperativas, mas também deve-se esperar extremada vontade de cooperar entre as próprias organizações que se tornam interdependentes ao longo de seus desenvolvimentos. Isso força a reflexão de que das organizações por si só não surgem de intenções, desejos etc., visto que elas são, no máximo, as condições estruturais para que os verdadeiros anseios – aqueles que as pessoas têm – se manifestem.

Basta procurar outros trabalhos e artigos que usam o termo cooperação e se constatará que sequer se explica a definição do termo, por mais que tentem falar sobre “redes de cooperação”, “cooperação internacional”, “relações de cooperação”, “cooperação integrada” etc. O conceito parece ser tratado de forma genérica sem qualquer aprofundamento. Desta constatação surge outra: a de que, embora a discussão sobre cooperação seja um dos temas mais profícuos de uma complexa transdisciplinaridade entre posturas da linguística, da filosofia da linguagem, psicologia cognitiva entre outras, esses esforços teóricos parecem pouco permear os debates que buscam entender o conceito de cooperação tendo em vista fins práticos e organizacionais.

Outra questão é sobre o ponto de vista de quem que está sendo discutida a cooperação: a de um gestor ou a de um funcionário? Quem que precisa “cooperar” mais em uma empresa? Será que há alguma intenção de “cooperar” ao tratar de cooperação ou é somente uma palavra bonita utilizada para suavizar o que se pretende na argumentação? Basta lembrar que há estilos de gestão pouco flexíveis, que pouco se importam com as reais representações individuais acerca da organização em que trabalham. O “manda quem pode, obedece quem tem juízo” parece ainda ser lema informal de tais modelos de gestão, que simplesmente parecem ignorar que o comportamento cooperativo real emerge de interações entre pessoas e não por imposição de vontades hierárquicas.

2 PROCURANDO DEFINIR UM NOVO CONCEITO

A linguística tem convivido com os empecilhos de estudar atos cooperativos desde sua fundação. A linguagem em uso, ou seja, a comunicação verbal, durante muitas décadas foi concebida como um objeto teoricamente inescrutável. O expediente de tais descrições da linguagem buscava separar o conhecimento linguístico supostamente estável de toda manifestação concreta da linguagem, sempre permeada das subjetividades e idiosincrasias de falantes e ouvintes, bem como repleta de informações oriundas de sistemas diversos que não meramente os linguísticos.

Ferdinand de Saussure buscava separar o conhecimento social do conhecimento individual de linguagem e deu origem à divisão entre fenômenos sincrônicos e diacrônicos. Chomsky desbancou o modelo saussuriano para a linguagem ao supor que os conhecimentos mais estáveis das línguas são biológicos e não sociais. Embora esse período tenha consolidado uma ruptura de paradigmas no estudo da linguagem, o mecanismo básico de análise consistia, em um primeiro passo, em dissociar os fenômenos linguísticos de seus usos comunicativos. Assim, dentro desse viés, todos os falantes de língua portuguesa brasileira são capazes de reconhecer uma manifestação em português que seja válida e diferenciá-las das não válidas. Porém, o ato de interpretar tal manifestação deve ser encarado como um ato individual. Vejamos a sentença abaixo:

(1) O cara é muito louco.

Dentro de um ponto de vista biológico, tal qual o chomskiano, o que interessa em uma sentença tal é que, ao passo em que todo e qualquer falante brasileiro de língua portuguesa é capaz de processá-la como uma sentença válida da língua, todo e qualquer falante da referida língua seria capaz de processar que a seguinte sequência de sons de língua portuguesa não formam uma sentença válida nesta língua:

(1a) Louco cara muito é o.*

Além disso, pode-se pensar em uma análise formal dos significados linguísticos desta expressão (1), que equivalem às suas condições de verdade. Ou seja, essa sentença é verdadeira se e somente se há alguém que seja muito louco. Essa análise é totalmente insatisfatória para lidar com fatos corriqueiros que ocorrem quando (1) é efetivamente enunciada em uma conversação. Em primeiro lugar é necessário levar em conta o termo “o cara” como uma expressão cristalizada no uso, visto que quando enunciada, ela equivale a “o homem”. Além disso, o uso do advérbio “muito” torna a interpretação da sentença totalmente dependente do contexto, visto ser impossível precisar objetivamente quando alguém pouco louca passa a ser considerada muito louca. Por fim, a enunciação de (1) geralmente não está associada a um quadro de disfunção psicológica de alguém. Em português brasileiro, esta expressão é extremamente permeada pelo contexto, uma vez que alguém pode ser qualificada de tal forma por tocar bem uma guitarra, por comer muito rápido, por dirigir bêbado etc.

De fato, quando se busca uma alternativa teórica que lide tanto com os aspectos sociais quanto os cognitivos da cooperação, um caminho claro que se delineia é o de considerar o ato comunicativo em si tal como uma ação cooperada. Para tanto, é preciso que se observe que a significação não é mera questão de decodificação de informações, pois há, portanto, a necessidade de intensa negociação de significados pelos interlocutores.

A pragmática, disciplina linguística voltada ao estudo e escrutínio da linguagem em uso, é a área da linguística que trouxe à tona a discussão da cooperação em termos sócio-cognitivos plausíveis. Essa trajetória remete principalmente à obra de Grice (2013). Ao propor que a comunicação é possível mediante o reconhecimento das intenções comunicativas, este filósofo abriu a possibilidade de se considerar a cooperação como o eixo norteador da comunicação.

Desta forma, a cooperação passa a ser concebida como um mecanismo não apenas social, mas crucialmente psicológico. O modelo proposto por Grice (2013) acabou sendo implementado por outras teorias, mas a principal delas é a teoria da relevância, de Dan Sperber e Deirdre Wilson (2010). Segundo a filosofia da linguagem proposta por Grice (2013), falantes cooperam por um conhecimento tácito e intuitivo das regras que regem a conversação entre dois ou mais interlocutores lúcidos e racionais. Sendo assim, se X pergunta para Y: “Que horas são?” Não se espera que Y responda: “Verde”. Segundo o autor, o que nos faz não romper o contrato social da comunicação é o chamado **princípio cooperativo**, o tal conhecimento comunicativo tácito que falantes e ouvintes possuem. Não se trata de uma versão cognitiva do contrato social de Rousseau, mas sim de um modelo de psicologia espelhada, condição biológica para a comunicação. Tal qual a língua que um falante usa é um condicionamento social, as manifestações conversacionais são predispostas ao que falantes e ouvintes conhecem de mundo e uns dos outros. Suponha o seguinte exemplo:

(2) X: Você pode me passar o sal?

(3) Y: Posso!

Este diálogo parece insólito porque falantes não querem que seus ouvintes respondam a (2) de maneira literal, ou seja, respondendo se o ato de Y passar o sal para X é possível ou não. Espera-se que Y simplesmente passe o sal para X. Mesmo em um caso tal, deve-se esperar que o **princípio cooperativo** esteja sendo observado ou que Y tem problemas cognitivos que o impossibilitam de interpretar o dito para além das palavras. No caso de Y não ter nenhuma dificuldade de interpretação social dos fatos comunicativos, deve-se esperar que Y está agindo no sentido conversacional esperado, na hora e propósito esperado. Se não é o **princípio cooperativo** que está sendo rompido, o que é então? Segundo Grice (2013), ao **princípio** se seguem máximas conversacionais que também regem a conversação. São elas que podem ser rompidas pelos falantes.

As máximas conversacionais descrevem a qualidade de informação que deve se esperar de uma conversação objetiva e racional. O rompimento de uma máxima indica ao ouvinte que o falante deve estar indiretamente dizendo alguma outra coisa além do dito, ou seja, pode-se dizer que para o modelo griceano, o dito é a manifestação de um querer dizer. As máximas são de quantidade (relacionada à prolixidade-obscuridade), qualidade (veracidade-falsidade), relevância (importância) e modo (clareza, obscuridade, ordenação).

Nota-se que a enunciação (3) responde a pergunta (2) de maneira prolixa, visto que excede a quantidade de informação demandada pela pergunta de X, seja porque (3) é uma afirmação óbvia. Desta forma, tem-se que (3) não só fere a máxima de quantidade, como também a de relevância, o que pode indicar que Y esteja querendo dizer algo como: “Posso, mas não quero. Estou chateado com você e você sabe o porquê!”

Grice (2013) propõe uma filosofia da conversação pautada em uma concepção de racionalidade reflexa. Todo falante é *a priori*, em outras instâncias interlocutoras, um ouvinte. Este truísmo faz lembrar que todos os interlocutores estão cientes *a priori* de um dos grandes problemas da comunicação verbal: tem-se mais pensamentos em mente do que palavras para se exprimir as ideias. E isso é de conhecimento mútuo dos membros de uma conversação.

Sperber e Wilson (2010) propõem uma teoria da comunicação humana conhecida como **teoria da relevância**, a partir da busca de uma descrição empiricamente plausível para os aspectos apontados pela filosofia da conversação griceana. Tem-se que relevância é tida como um *trade-off* entre esforços e benefícios cognitivos relacionados tanto com as atitudes comunicativas entre interlocutores como com a bagagem cognitiva de cada um dos indivíduos em interação. Desta forma, a cognição não é concebida tendo os seus aspectos universais como centro da análise, mas sim tendo em vista os aspectos localizados da interação. Quer dizer, interlocutores têm diferentes visões de mundo, capacidades inferenciais também diferenciadas e intuítos individualizados ao longo de interações. Neste sentido, o ato de cooperar passa a ser entendido como uma negociação mental que se baseia na exploração ativa daquilo que é relevante entre interlocutores.

Tem-se assim um quadro cognitivo muito mais sofisticado e complexo do que o esperado pelas abordagens que tomam a cooperação como um aspecto da natureza humana, que emerge naturalmente do comportamento de cada um. Também é muito diferenciado do quadro que se pinta tomando a cooperação como mero altruísmo biológico. Segundo este viés, são as expectativas individuais de relevância frente ao mundo social que guiam os comportamentos interativos. Sendo assim, relevância não deve ser concebida de acordo com uma lógica binária: tal informação é relevante ou não. Antes disso, relevância é um gradiente que envolve tanto os gastos cognitivos de processamento quanto os benefícios de processamento das informações que nos rodeiam. As pessoas vivem em ambientes saturados de informações potencialmente relevantes, mas somente aquelas que informam coisas relevantes aos objetivos individuais é que são efetivamente processadas. Suponha, por exemplo, a diferença entre olhar no relógio e perceber que você está atrasado cinco minutos para o trabalho ou que o filme que você quer assistir durante um dia de folga começou há cinco minutos. Mesmo que em ambas situações os ponteiros do relógio marquem a mesma hora, a reação à informação é diferente por causa das diferentes expectativas que as situações sociais impõem à cognição individual.

A busca por informações relevantes é um traço básico da própria vida. Mesmo os seres unicelulares possuem mecanismos químicos de seleção de informações relevantes. Sendo assim, a própria evolução da cognição pode ser entendida como engatilhada por esta característica. Um traço intrínseco da cognição humana é o de processar informações, signos e símbolos culturais e todo o instante. Invariavelmente, significados e valores culturalmente atribuídos são opacos, visto que não se expressam de maneira objetiva nas estruturas pelas quais seres humanos se comunicam. A comunicação ostensivo-inferencial de seres humanos explora ativamente não apenas as estruturas linguísticas, mas também as informações culturalmente difundidas e os contextos imediatos de interação. Isso só é possível porque interlocutores intensamente exploram as expectativas de relevância uns dos outros ao longo de suas interações. É por isso que um falante pode querer dizer coisas diferentes enunciando uma mesma sentença em contexto diferentes (pense no caso da ironia ou do sarcasmo, por exemplo, em comparação ao uso literal de uma sentença como: “O show foi maravilhoso”).

3 CORPORIFICANDO A COOPERAÇÃO

Agora que já foram abordados os conceitos de cooperação, é importante questionar como que essa ocorre ou deixa de ocorrer no dia a dia, ou seja, porque em determinados momentos as pessoas cooperam e em outros momentos similares deixam de cooperar? Para melhor exemplificar imaginemos uma reunião empresarial de um determinado setor entre um gerente qualquer junto a seus funcionários. Na reunião esse gerente passa algumas atribuições e metas a todos os funcionários de forma igualitária. Após o término da reunião cada funcionário volta a sua rotina, porém uns agem em prol do que foi determinado na reunião e outros não. Agora, porque que pessoas que recebem a mesma mensagem, passam pelo mesmo evento, agem de forma diferenciada ante ao que ocorreu? Porque cooperam diferenciadamente? Para ilustrar melhor tal ocorrência usemos como exemplo a companhia russa de balé Bolshoi. Para um espectador que assiste às apresentações do grupo fica provavelmente admirado com a harmonia e beleza das danças, que por sinal são coreografadas e ensaiadas a exaustão. Para que cheguem a tal perfeição artística, dependem de constante cooperação entre todos os dançarinos, coreógrafos e dirigentes, a fim de criar shows belíssimos. Porém, em janeiro de 2013, o solista Pavel Dmitrichenko, agrediu Serguei Filine, diretor artístico do balé, atirando ácido em seu rosto por esse ter quebrado uma tradição do balé nomeando um norte-americano como bailarino principal. Neste caso, onde que está a cooperação? Porque no palco são cooperantes e por trás das cortinas não? O que leva as pessoas a agir de forma tão antagônica em momentos distintos?

Tais exemplos levam ao pensamento de que a cooperação é corporificada, ou seja, que indivíduos cooperam entre si dependendo da posição espaço-temporal que se inserem no momento em que interagem. Conforme os estudos de linguística cognitiva, o pensamento corporificado é a noção de que percebemos o mundo a partir de nosso corpo em relação ao que o rodeia. Nesse parâmetro, mente e corpo são uns e toda percepção que se tem do mundo é limitada a características físicas. Portanto, se indivíduos que interagem com seus semelhantes e pensam de maneira corporificada, porque deixariam de cooperar com os demais da mesma forma?

São muitos os casos em que pessoas interagem de forma diferenciada. Um funcionário de uma empresa estará constantemente procurando formas de otimizar seu trabalho e procurará debater com seus colegas e superiores maneiras produtivas. Em contrapartida, quando está fora de seu ambiente de trabalho, seja em seu descanso noturno ou mesmo em seu período de férias, abomina qualquer assunto que o lembre de suas tarefas profissionais. Pessoas conversam e se comportam de maneiras distintas por fatores que vão do *status* que ocupam, crenças religiosas, papéis familiares ou profissionais, habilidades e talentos que podem demonstrar e até mesmo pelo conceito que fazem de si próprios e de quem encontram. Tudo depende do momento e do local em que estão. Um bom modelo de observação são os grupos. Sejam eles de quaisquer tipos. Uma pessoa agirá e se comunicará dentro de um grupo de forma distinta da forma que age ao interagir com outro grupo. Um adolescente, por exemplo, coopera comunicativamente com sua família de maneira diferente de como coopera com seus amigos, e de maneira diferente de como coopera com seu professor, e ainda de maneira diferente de como coopera com um estranho. Cada pessoa se posiciona de forma distinta em todo seu falar a contribuir com o momento e local.

Outro fator importante são as crenças religiosas. Conforme o professor Ara Norenzayan (2013, p. 35):

Religiões estão sempre se multiplicando, crescendo e transformando a um ritmo acelerado. Em uma estimativa, novas religiões surgem a uma taxa média de duas a três por dia. “Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos”, diz o Evangelho segundo Mateus (22:14). Este “Efeito Mateus” pode muito bem se referir à lei de ferro da evolução religiosa, que determina que, enquanto legiões de novos elementos religiosos são criados, a maioria deles morre, salvam uns poucos potenciais que resistem e prosperam (NORENZAYAN, 2013).

Conforme o autor, pessoas devotas agem conforme os parâmetros de suas crenças, e sua comunicação com seu semelhante depende da crença de ambos. Assim, uma pessoa que é recém-convertida a uma crença terá um novo comportamento. Irá falar com seus amigos sobre assuntos que antes não conversava, procurará defender sua nova fé e agirá de forma cordial a pessoas que compartilham tais crenças e de forma

agressiva a quem não concorda com elas. Agora, se essa mesma pessoa de tornar ateuísta, defenderá sua nova convicção com a mesma intensidade, mas mudará seu discurso e terá atitude diferenciada com as pessoas que convivia.

Portanto, a cada mudança de posição espaço-temporal que um indivíduo se depara, muda sua forma de cooperar com quem interage. Procurar compreender como que cada pessoa coopera ou deixa de cooperar comunicativamente é essencial para buscar parâmetros que auxiliem a compreender as formas que influenciam a cooperação e a forma que esta está ligada à mente e corpo do indivíduo.

CONCLUSÃO

Por meio dos estudos realizados, foi possível observar a falta de clareza ante a uma definição do conceito de cooperação utilizado em trabalhos acadêmicos. Não se põem critérios ao tema de forma a aprofundar o assunto e de observar de maneira ampla o que se propõe a discutir. Trata-se do conceito como algo utópico e universal e longe do cotidiano em suas inúmeras interações sociais.

Com a proposta de estudo feita, pode-se observar a cooperação como algo mais ligado às intenções comunicacionais e seu uso por meio da linguagem, de maneira a entender que os indivíduos cooperam entre si muito mais que se imagina, pois estão constantemente trocando informações e interagindo com o ambiente social que está inserido. Tais atos cooperativos estão presentes em cada intenção de comunicar e utilizar as melhores formas de expressar o que se pretende deixar entendido. Também se constata a necessidade de um estudo do tema ligado as várias áreas do conhecimento a fim de que sua conceituação seja aprofundada e entendida em todas as formas que pode influenciar e trazer significação.

Convém também lembrar dos pontos cognitivos envolvidos na emergência da cooperação comunicativa para procurar uma concepção mais adequada sobre a subjetividade frente ao mundo social. Neste sentido, observou-se que as discussões organizacionais estão distantes das discussões teóricas que buscam explicar justamente os fatores sócio-cognitivos envolvidos na cooperação. Espera-se que este rumo separado entre teorias e práticas seja passível de superação a partir de um esforço transdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ABBADE, E. B.; MATTANA, L. Cooperação; estratégia; organizações. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., Salvador, 2009. **Anais...** Salvador, 2009. v. 1.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: EZCURDIA, M.; STANTON, R. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview, 2013. p. 40-57.

LENCASTRE, M. P. A. Bondade, altruísmo e cooperação: considere razões evolutivas para a educação e a ética ambiental. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 15, p. 113-124, 2010.

NORENZAYAN, A. **Big gods**: how religion transformed cooperation and conflict. Princeton: Princeton University, 2013.

RIOS, G. S. L. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., Niterói, 2006. **Anais...** Niterói, 2006.

SOUZA, M. C. A. F. de; MAZZALI, L.; BACIC, M. J. Relações de cooperação com as grandes empresas: oportunidades e limites para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas-reflexões para o caso do Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 201-234, 1997.

TEIXEIRA, J. de F. **Mente, cérebro e cognição**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, p. 221-268, 2010.